

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

MENSAGEM 045/95



Senhor Presidente e Senhores Vereadores:

Ao iniciarmos mais um período Legislativo vimos saudá-los cordialmente e ao mesmo tempo, enviamos um Projeto de Lei que vem solicitar ao Legislativo uma autorização para firmarmos Convênio com empresa estatal. Como de praxe, o Poder Executivo está renovando o Convênio com a CRT para operação do Posto de Serviço Telefônico no nosso Município, a CRT mantém o serviço de manutenção dos equipamentos e o município em contrapartida fornece recursos humanos além de equipamentos para o perfeito funcionamento do Posto.

Na expectativa de um pronto estudo por parte deste Poder Legislativo, deixamos as nossas saudações.

(wa d			S
ARE LANGE TOWN	e-se		2	N. A - 2 M
-	 09/95	 	ung une prevated	1 Mar de 190 Mars

Cordialmente,

ARI CARLINHOS JAEGER Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

PROJETO DE LEI 045/95

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIOS PARA A IM-PLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SERVI-ÇO TELEFÔNICO COM A CRT.

ARI CARLINHOS JAEGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com a CRT (Companhia Riograndense de Telecomunicações) para implantação e operação de Serviço Telefônico, neste município.
- Art. 2º As condições de convênio reger-se-ão pelas cláusulas propostas nos contratos de convênios.
- Art. 3º Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 01 de agosto de 1995.

Registre-se e Publique-se

HELIO PAULO FEHN Sec. de Administração. ARI CARLINHOS JAEGER



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO PARA OPERAÇÃO DE POS-TO DE SERVIÇO TELEFÔNICO NO MUNICÍPIO DE AGUDO.

Pelo presente instrumento particular, a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES-CRT, concessionária de serviço público de telecomunicações, com sede na Avenida Borges de Medeiros, 512, em Porto Alegre - RS, inscrita no CGC/MF sob o nº 92.794.486/0001-03, neste ato representada, na forma estatutária, por seus Diretores/Procuradores abaixo assinados, doravante designada simplesmente CRT e, de outra parte, o Município de Agudo - RS, inscrito no CGC/MF sob o nº 87.531.976/0001-79, situado na Avenida Tiradentes, 1625, CEP 96.540-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ari Carlinhos Jaeger, devidamente autorizado pela Lei nº ______ de ___/___, a seguir designado simplesmente Município, celebram o presente convênio que regerse-á, no que couber, pelas normas gerais da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, sob as condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA

para a final:	idade de operação	do Posto de	a CRT e o Município Serviço Telefônico calidade de		
rede pública mero(s) seus usuários	e possuidor do(s)	oio de Agudo, terminal(is)	já entroncado com telefônico(s) de n do ao atendimento	a í-	

2 - CLÁUSULA SEGUNDA

Para consecução do objeto proposto, a CRT concorrerá com os serviços de manutenção dos equipamentos (torre, sistema, irradiante, rádio, linha de áudio e termina(is) telefônico(s)), enquanto que o Município, com o fornecimento dos recursos humanos, infraestrutura, materiais e equipamentos necessários à operação do Posto de Serviço Telefônico.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA

Para consecução do objeto deste convênio poderão os partícipes convenentes contratar com terceiros a obtenção dos recursos necessários, observadas as prescrições legais pertinentes.

4 - CLÁUSULA QUARTA

A CRT e o Município estabelecem como obrigatório que a operação do Posto de Serviço Telefônico seja executada com observância das normas regulamentares do serviço, adotadas pela CRT e SISTEMA TELEBRÁS, em vigor, ou que venham a ser adotadas por força de disposição regulamentar aplicável, com estrita observância dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

procedimentos técnicos-operacionais oficialmente fornecidos pela Região Operacional da CRT à qual o Posto de Serviço Telefônico está vinculado, pela localização. A CRT fiscalizará periodicamente a utilização pública do posto e a qualidade do serviço prestado (operacionalidade, qualidade e finalidade), para o fim de verificar a observância das normas regulamentares e aplicação das sanções devidas.

5 - CLÁUSULA QUINTA

Toda a mudança de localização do Posto de Serviço Telefônico, objeto deste convênio, somente poderá ocorrer após aprovação pela CRT, dos estudos técnicos de propagação, cabendo ao Município responsabilizar-se pelos custos decorrentes da mudança. O Município exime a CRT de qualquer responsabilidade perante terceiros pelo uso indevido dos serviços de telefonia que não estejam expressos no presente convênio (acesso público irrestrito), bem como de responsabilidade por relações trabalhistas dos recursos humanos empregados no Porto de Serviço Telefônico, os quais serão fornecidos pelo Município mediante autorização legislativa.

6 - CLÁUSULA SEXTA

Os participantes convenentes atribuem ao presente instrumento o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável por igual período até um máximo de 05 (cinco) anos, admitindo-se sua renovação ou denúncia, esta fundada exclusivamente em comprovado interesse público e após decorrido o período inicial de vigência, com prévio aviso de 90 (noventa) dias.

Elegem o Foro Central de Porto Alegre, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões resultantes do presente convênio.

E assim acordados, firmamo-nos em 02 (duas) vias de igual forma teor, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que se produza os efeitos jurídicos e legais.

	Porto Alegre	de	595	de 1995.
		MU	NICÍPIO	
			CRT	
restemunhas	-		CRT	



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO PARA OPERAÇÃO DE POS-TO DE SERVIÇO TELEFÔNICO NO MUNICÍPIO DE AGUDO.

Pelo presente instrumento particular, a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES-CRT, concessionária de serviço público de telecomunicações, com sede na Avenida Borges de Medeiros, 512, em Porto Alegre - RS, inscrita no CGC/MF sob o nº 92.794.486/0001-03, neste ato representada, na forma estatutária, por seus Diretores/Procuradores abaixo assinados, doravante designada simplesmente CRT e, de outra parte, o Município de Agudo - RS, inscrito no CGC/MF sob o nº 87.531.976/0001-79, situado na Avenida Tiradentes, 1625, CEP 96.540-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ari Carlinhos Jaeger, devidamente autorizado pela Lei nº ______ de ___/____, a seguir designado simplesmente Município, celebram o presente convênio que regerse-á, no que couber, pelas normas gerais da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, sob as condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA

para a finalidade de	te convênio a cooperação entre a CRT e o M idade de operação do Posto de Serviço Tele , na localidade de _		
	Município de Agudo,		
rede pública e possuí mero(s)	dor do(s) terminal(is), destination	telefônico(s) de nú- ado ao atendimento de	
seus usuários.			

2 - CLÁUSULA SEGUNDA

Para consecução do objeto proposto, a CRT concorrerá com os serviços de manutenção dos equipamentos (torre, sistema, irradiante, rádio, linha de áudio e termina(is) telefônico(s)), enquanto que o Município, com o fornecimento dos recursos humanos, infraestrutura, materiais e equipamentos necessários à operação do Posto de Serviço Telefônico.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA

Para consecução do objeto deste convênio poderão os partícipes convenentes contratar com terceiros a obtenção dos recursos necessários, observadas as prescrições legais pertinentes.

4 - CLÁUSULA OUARTA

A CRT e o Município estabelecem como obrigatório que a operação do Posto de Serviço Telefônico seja executada com observância das normas regulamentares do serviço, adotadas pela CRT e SISTEMA TELEBRÁS, em vigor, ou que venham a ser adotadas por força de disposição regulamentar aplicável, com estrita observância dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

procedimentos técnicos-operacionais oficialmente fornecidos pela Região Operacional da CRT à qual o Posto de Serviço Telefônico está vinculado, pela localização. A CRT fiscalizará periodicamente a utilização pública do posto e a qualidade do serviço prestado (operacionalidade, qualidade e finalidade), para o fim de verificar a observância das normas regulamentares e aplicação das sanções devidas.

5 - CLÁUSULA QUINTA

Toda a mudança de localização do Posto de Serviço Telefônico, objeto deste convênio, somente poderá ocorrer após aprovação pela CRT, dos estudos técnicos de propagação, cabendo ao Município responsabilizar-se pelos custos decorrentes da mudança. O Município exime a CRT de qualquer responsabilidade perante terceiros pelo uso indevido dos serviços de telefonia que não estejam expressos no presente convênio (acesso público irrestrito), bem como de responsabilidade por relações trabalhistas dos recursos humanos empregados no Porto de Serviço Telefônico, os quais serão fornecidos pelo Município mediante autorização legislativa.

6 - CLÁUSULA SEXTA

Os participantes convenentes atribuem ao presente instrumento o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável por igual período até um máximo de 05 (cinco) anos, admitindo-se sua renovação ou denúncia, esta fundada exclusivamente em comprovado interesse público e após decorrido o período inicial de vigência, com prévio aviso de 90 (noventa) dias.

Elegem o Foro Central de Porto Alegre, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões resultantes do presente convênio.

E assim acordados, firmamo-nos em 02 (duas) vias de igual forma teor, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que se produza os efeitos jurídicos e legais.

	Porto Alega	re,de	19595	de	1995
			MUNICÍPIO		
			CRT		
TESTEMUNHAS			CRT		